



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13

**PRESIDENCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA  
CONADE**

**ATA DA XXXIV REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2004.**

14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e quatro, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304, Bloco T, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, foi realizada a trigésima quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. A reunião foi presidida pelo Dr. **Adilson Ventura** e, no turno da manhã, compareceram os seguinte Conselheiros: **Celso Lourenço Moreira Corrêa, Paulo César Carvalho Fernandes, Andréia Ingrid Michele do Nascimento, Ritamaria Aguiar, José Rafael de Miranda, Cláudia Maffini Griboski, Érika Pisaneschi, Márcia Graça Graminhani, Regina Célia de Oliveira Bittencourt, Ana Maria Lima Barbosa, Rivaldo Araújo da Silva, Izabel Maria Loureiro Maior, Manoel Dias Santa Rosa, Messias Tavares de Souza, Cândida Maria B. Carvalheira, Maria Helena de Azeredo Roscoe, Janilton Fernandes Lima, Telga Gomes de Araújo Filho, Genézio Fernandes Vieira, Solange Stela Serra Martins, Idari Alves da Silva, Geraldo Marcos Nogueira Pinto, José Valentino Roselli, Antonio Campos de Abreu, Neide Regina Cousin Barriguelli, Sérgio Ricardo Sá da Silva, Lizair de Moraes Guarino, Luis Alberto Silva, Joelson Dias, Roseane Cavalcante de Freitas, Mauro Meirelles Pena, Adilson Ventura, Waldir Macieira e Maria José da Silva.** Também compareceram no turno da manhã os convidados **Sandra Marinho Costa, Flozilene de Souza Oliveira e Ivanilde Maria Tibola.** No turno da tarde compareceram os seguintes Conselheiros: **Celso Lourenço Moreira Corrêa, Andréia Ingrid Michele do Nascimento, Ritamaria Aguiar, Márcia Graça Graminhani, Rivaldo Araújo da Silva,**

33 **José Veríssimo da Silva, Izabel Maria Loureiro Maior, Manoel Dias Santa Rosa,**  
34 **Messias Tavares de Souza, Cândida Maria B. Carvalheira, Maria Helena de Azeredo**  
35 **Roscoe, Janilton Fernandes Lima, Genézio Fernandes Vieira, Solange Stela Serra**  
36 **Martins, Idari Alves da Silva, Geraldo Marcos Nogueira Pinto, José Valentino**  
37 **Roselli, Antonio Campos de Abreu, Sérgio Ricardo Sá da Silva, Lizair de Moraes**  
38 **Guarino, Luis Alberto Silva, Joelson Dias, Roseane Cavalcante de Freitas, Mauro**  
39 **Meirelles Pena, Adilson Ventura, Waldir Macieira** e também compareceram os  
40 visitantes **Ivanilde Tibola, Magdo Soares,** a observadora **Flozilene Oliveira** e a  
41 voluntária **Maria Aparecida Gugel.**

42 Desenvolvimento dos Trabalhos: O Presidente **Adilson Ventura** deu início aos trabalhos  
43 cumprimentando a todos e lembrando que aquela seria a primeira reunião formal após a  
44 reconstituição do CONADE. Na seqüência, solicitou que os participantes, ao pedir a  
45 palavra, se identificassem dizendo quem eram e a qual instituição pertenciam para que  
46 houvesse um registro mais fidedigno das intervenções. Solicitou também que quando  
47 fosse tomada uma posição em relação à plenária sobre algum tema, fosse feita uma  
48 revisão do que havia sido dito para que não houvesse margem para dúvidas posteriores.  
49 Continuando, o Presidente solicitou uma colaboração por parte dos participantes para  
50 que todas as vezes que fossem falar, o fizessem primeiro um pouco fora do microfone  
51 para que os deficientes visuais pudessem localizar onde se encontrava a pessoa que  
52 estava falando. Também solicitou que os participantes falassem um pouco mais devagar  
53 para que os intérpretes pudessem acompanhar melhor o que estava sendo dito e  
54 transmitissem ao Conselheiro Antônio, portador de deficiência auditiva. O Presidente  
55 então apresentou a Profa. Claudia Maffini Griboski, Diretora do Departamento de Políticas  
56 de Educação Especial. Da mesma forma, apresentou a Dra. Marise Nogueira que estava  
57 presente como observadora, e substituíra a Dra. Regina Bittencourt, Conselheira do  
58 Itamaraty – Relações Exteriores. Passou-se então à leitura da pauta feita por **Márcia**  
59 **Melo – Secretária Executiva do CONADE.** Foi comunicado que o Conselheiro Marcos  
60 do Ministério dos Transportes havia solicitado que o assunto sobre “passe livre” fosse  
61 retirado da pauta e transferido para a próxima reunião. Foi também solicitado pelo  
62 Conselheiro **Genézio Fernandez Vieira - Conselho Estadual para a Política de**  
63 **Integração da PPD do Rio de Janeiro** que se incluísse na pauta o assunto sobre a

64 criação de uma lista de debates. Na seqüência, a Sra. **Márcia Melo** solicitou que fosse  
65 incluído na pauta da próxima reunião a demonstração de uma ONG que estava,  
66 juntamente com a ANATEL, desenvolvendo um telefone celular para deficientes auditivos.  
67 O **Presidente** então solicitou que o pedido fosse apresentado por escrito à Coordenação  
68 Executiva para ser inserido em pauta. Em seguida, foi informado pela Sra. **Márcia Melo**,  
69 **Secretária Executiva**, que receberiam naquela tarde a Secretária de Assistência Social.  
70 O Presidente Adilson Ventura solicitou um espaço da pauta para um informe seu e da  
71 Assessora da CORDE Caroline Sanchez sobre sua participação no Encontro de  
72 Conselheiros realizado no Equador. Foi também solicitado que se tratasse do assunto  
73 sobre as companhias aéreas. Na seqüência, foi aprovada por 22 votos a Ata da 33ª  
74 Reunião do CONADE, sendo que o Conselheiro **Janilton Fernandes Lima –**  
75 **Confederação Nacional do Comércio** solicitou que nas próximas Atas não se  
76 escrevesse “Decreto-Lei”, e sim “Decreto”. Após ter confirmado um quorum de 25  
77 pessoas, deu-se continuidade à pauta com a Avaliação da Oficina Alianças para uma  
78 Sociedade Inclusiva promovida pelo Banco Mundial, evento realizado do dia 19 a 21 de  
79 julho onde houve várias conferências em relação às ações que estavam sendo  
80 desenvolvidas ou que seriam desenvolvidas em função do aspecto inclusão. Após vários  
81 comentários por parte dos que participaram do evento, concluiu-se que o mesmo não  
82 havia atingido seu objetivo no que dizia respeito à capacitação para os Conselheiros do  
83 CONADE. Como parte das sugestões que se seguiram, o Conselheiro **Mauro Meirelles**  
84 **Pena – Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação**, propôs que eventos  
85 como aquele do Banco Mundial, tivessem sua pauta vista e aprovada pelo CONADE. Na  
86 seqüência, o Conselheiro **Idari Alves da Silva - Conselho Municipal da PPD de**  
87 **Uberlândia** sugeriu que, através de um órgão oficial, fosse feito o projeto de realização  
88 da primeira conferência pela qual o Banco Mundial pagaria. O Conselheiro **Messias**  
89 **Tavares de Souza – Associação de Pais e Amigos de PPD dos Funcionários do**  
90 **Banco do Brasil** perguntou então se seria possível o CONADE ter conhecimento dos  
91 projetos aprovados em diversos Ministérios de forma que o CONADE pudesse interferir  
92 em favor das pessoas com deficiência. Na seqüência, o **Presidente** informou que,  
93 segundo a Conselheira Izabel, o Banco Mundial havia aprovado o evento, e que haviam  
94 aprendido muitas coisas. Após mais alguns debates, concluiu-se que seria importante

95 saber o que estava sendo feito com o financiamento do Banco Mundial. A palavra passou  
96 então à Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior - Secretaria Especial de Direitos**  
97 **Humanos**, que se posicionou de forma positiva em relação ao evento do Banco Mundial,  
98 destacando os aspectos positivos do mesmo. Concluiu informando que havia um convite  
99 do Banco Mundial à Secretaria Especial de Direitos Humanos e ao CONADE para que o  
100 Conselho explicasse aos funcionários portadores de deficiência do Banco Mundial no  
101 Brasil o que era a política e de que maneira eles mesmos poderiam sugerir ao Brasil  
102 incluir nos empréstimos. O Presidente **Adilson Ventura** lembrou então que havia  
103 participado logo após o evento do Banco Mundial, de um evento internacional em Quito, e  
104 observou que o Brasil estava avançado em termos legais, em termos de ação na questão  
105 de inclusão, na questão de direitos e na questão de avanço das pessoas portadoras de  
106 deficiência. A Conselheira **Maria Helena de Azeredo Roscoe – Associação Brasileira**  
107 **de Autismo**, sugeriu que fosse incluída em pauta a proposta da Conselheira Izabel, de  
108 que o CONADE capacitasse o Banco Mundial e que houvesse inclusão nos projetos  
109 deles. O **Presidente** então colocou em votação a proposta do Dr. Mauro, de que eventos  
110 como o do Banco Mundial tivessem sua pauta vista e aprovada pelo CONADE, que foi  
111 aprovada por unanimidade. Na seqüência, foi retirada a proposta do Conselheiro Idari, na  
112 qual, através do órgão do Governo, se fizesse o projeto da Primeira Conferência Nacional  
113 de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e se submetesse o pedido de  
114 financiamento do Banco Mundial para o evento. A outra proposta, de que se desse  
115 conhecimento que o CONADE obtivesse a informação do rol dos projetos que haviam  
116 sido aprovados pelo Banco Mundial nos diversos Ministérios, proposta esta do  
117 Conselheiro Paulo César, reforçando a proposta do Conselheiro José Rafael de Miranda  
118 – Ministério da Educação, foi então discutida com o objetivo de ser mais esclarecida. A  
119 Sra. **Márcia Melo** esclareceu que havia uma proposta específica em relação ao Banco  
120 Mundial, ou seja, quais eram os projetos aprovados pelo Banco Mundial e que estavam  
121 nos Ministérios e outra na qual cada órgão de governo tivesse pelo menos dez minutos  
122 para expor todas as ações executadas e planejadas. Na seqüência, o **Presidente**  
123 concluiu que seria apenas uma única proposta, ou seja, dez minutos para que os  
124 Ministérios falassem sobre suas ações incluindo aquelas financiadas pelo Banco Mundial.  
125 Na seqüência, foi aprovada a proposta por 23 votos. Após algumas propostas sobre a

126 duração e data da apresentação dos Ministérios, o Conselheiro **Mauro Meirelles Pena**  
127 propôs que o assunto fosse entregue às Comissões Permanentes para que fosse feito  
128 um estudo e se fizesse uma proposição consistente e a questão pudesse então ser  
129 decidida sobre uma proposta concreta para evitar gasto excessivo de tempo no referido  
130 assunto. Esta proposta foi apoiada também pelo Conselheiro **Luis Alberto Silva** e foi  
131 posteriormente aprovada por 23 votos. Em seguida, a Sra. **Márcia Melo** lembrou que  
132 ainda havia uma proposta referente ao treinamento dos funcionários do Banco Mundial a  
133 ser feito pelo CONADE e que a Conselheira Maria Helena havia pedido que se colocasse  
134 em votação. O **Presidente** então solicitou que a Conselheira Izabel repetisse a idéia para  
135 que a plenária deliberasse contra ou a favor. A Conselheira **Izabel** propôs que o assunto  
136 fosse decidido assim que fosse feito um convite formal por parte do Banco Mundial,  
137 proposta esta que foi acatada. Como continuação da pauta, passou-se a tratar sobre a  
138 questão das passagens aéreas. A Sra. **Márcia Melo** explicou que havia uma insatisfação  
139 por parte de algumas pessoas que entendiam que as companhias aéreas não estavam  
140 oferecendo a segurança e a tranqüilidade necessárias para quem vinha participar de uma  
141 reunião tão importante como a do CONADE. Os conselheiros passaram então a comentar  
142 sobre o atendimento oferecido pelas companhias aéreas. Primeiramente, a Conselheira  
143 **Roseane Cavalcante de Freitas - Organização Nacional de Entidades de Deficientes**  
144 **Físicos** descreveu sua experiência junto à empresa TAM e solicitou que o CONADE se  
145 posicionasse não só com relação à TAM, mas com relação a todas as empresas aéreas  
146 ou diretamente à Infraero com relação aos maus-tratos recebidos. Em seguida, o  
147 Conselheiro **Messias Tavares de Souza** destacou a importância da questão da  
148 segurança bem como a questão do horário e sugeriu que fosse feito um documento à  
149 Infraero com relação ao uso do *finger* em vôos onde houvesse pessoas portadoras de  
150 deficiência que precisassem do uso de cadeiras de rodas. A Conselheira **Lizair de**  
151 **Moraes Guarino - Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi** destacou sua  
152 dificuldade com a questão dos horários e lembrou também que o único vôo seguro no  
153 Brasil era o da Varig, já que os aviões das outras companhias não recebiam manutenção  
154 alguma. A seguir, o Conselheiro **Mauro Meirelles Pena** expôs sua insatisfação também  
155 com relação aos horários de vôos oferecidos. Na seqüência, o Conselheiro **Sérgio**  
156 **Ricardo Sá da Silva - Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes**

157 **do Brasil**, também se queixando com relação aos horários dos vôos, sugeriu que fosse  
158 feito um abaixo assinado onde se recusariam a viajar pela empresa VASP. Defendeu  
159 também a idéia de que no caso da Conselheira Roseane, fosse feito um documento do  
160 CONADE à TAM, denunciando a atitude do comandante que havia sido indelicado. O  
161 **Presidente** então lembrou que a decisão de buscar a passagem da companhia aérea  
162 mais econômica era do Governo e não do CONADE. Após mais algumas colocações a  
163 respeito do assunto, a Conselheira **Cândida Maria B. Carvalheira** propôs que fosse  
164 chamado alguém responsável pela emissão de passagens a fim de que uma atitude fosse  
165 tomada. A palavra foi passada então à Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** que  
166 primeiramente informou que havia estado com o Sub-Secretário de Assuntos da  
167 Articulação da Política de Direitos Humanos, Dr. Fausto, a pessoa responsável pelas  
168 passagens, e soube que a VASP havia sido retirada e não seria mais uma opção de  
169 companhia aérea. Disse também que sempre se tentava conseguir um bom horário de  
170 vôo. Em segundo lugar, solicitou à Roseane que fosse feita uma colocação por escrito, do  
171 contrário a CORDE não teria como fazer o encaminhamento. Lembrou também que  
172 existia uma norma do DAC que dizia que o número de pessoas em cadeira de rodas  
173 quando estavam desacompanhadas correspondia ao número de tripulantes da aeronave,  
174 e que a Roseane poderia ter feito valer o seu direito na hora. Na seqüência, o  
175 Conselheiro **Messias Tavares de Souza**, disse que, quando viajava para São Paulo pela  
176 APABB pela VARIG, o seu acompanhante tinha uma passagem que era beneficiada, e  
177 gostaria de saber se a CORDE também fazia a mesma coisa, o que iria beneficiar o  
178 orçamento deles. A Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** respondeu que aquilo iria  
179 passar a acontecer, mas era necessário um prazo de 10 dias e muitos conselheiros não  
180 respondiam dentro daquele prazo. Informou também que a partir do dia 28 de agosto  
181 todos os vôos de Brasília para o Rio de Janeiro só iriam descer no Galeão e não mais no  
182 Santos Dumont. Destacou também a necessidade de se fazer um documento sobre os  
183 atrasos da GOL. Na seqüência, **Ana Maria Lima Barbosa – Ministério do**  
184 **Desenvolvimento Social e Combate À Fome** discorreu ainda sobre alguns problemas  
185 ligados ao assunto dos vôos como atrasos e alimentação para diabéticos durante o vôo e  
186 concluiu dizendo que estavam tentando fazer o melhor possível para todos em termos de  
187 comodidade e segurança. Em seguida, o Conselheiro **Idari Alves da Silva** encaminhou

188 a proposta de que o CONADE fizesse um documento oficial ao DAC e à Infraero com  
189 relação à questão de maus-tratos, desmandos, embarque e desembarque e segurança.  
190 Na seqüência, o **Presidente** propôs que se constituísse uma comissão para elaborar um  
191 documento que incluísse todas as posições discutidas, apresentando uma idéia do  
192 CONADE junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos com relação à questão da  
193 priorização de uma companhia aérea que atendesse aos interesses de todos com  
194 respeito à segurança, horários e conveniências. O Conselheiro **Idari Alves da Silva**  
195 tomou então a palavra e disse que uma vez que o CVI já tinha uma proposta  
196 encaminhada ao DAC, seria interessante que se tivesse acesso a esta proposta para que  
197 se pudesse estudá-la no CONADE e ajudar a melhorá-la e referendá-la, o que  
198 possibilitaria melhores resultados. Disse também que já havia consultado o Conselheiro  
199 Geraldo Nogueira sobre aquela possibilidade e este aceitou disponibilizar cópia dos  
200 documentos aos Conselheiros. Em seguida, a Conselheira **Ritamaria Aguiar –**  
201 **Ministério da Cultura** se colocou à disposição para participar da comissão que faria o  
202 documento a ser enviado à Infraero e que iria ser apreciado na próxima reunião. A  
203 Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** informou que havia sido informada que várias  
204 instituições, o próprio CVI e a Associação de Talidomida, faziam o treinamento das  
205 companhias e isso poderia fazer parte do documento geral que iria ser enviado à Infraero  
206 a ao DAC. Outra questão levantada pela Conselheira Izabel foi que a questão da falta de  
207 salas de espera específicas nos aeroportos deveria constar do documento e sugeriu que  
208 enquanto o assunto não fosse tratado, as pessoas que dispusessem do cartão fidelidade  
209 da TAM poderiam utilizar as salas. Nesse momento o **Presidente** disse que preferia não  
210 utilizar seus cartões por já ter tido uma experiência desagradável numa sala VIP no  
211 aeroporto de Congonhas. Na seqüência, a Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior**  
212 comentou sobre a questão da NOSER, que falava especificamente que a companhia  
213 aérea é que determinava se a pessoa iria receber o desconto do acompanhante. Dessa  
214 forma, sugeriu que, se o Conselheiro Messias permitisse, iriam fazer com antecedência a  
215 sua passagem e a solicitação de redução dos custos do acompanhante e então ver qual  
216 seria o resultado da tentativa. Caso a tentativa não desse certo, voltaria à integralidade  
217 do pagamento do acompanhante. Em seguida, o Conselheiro **Geraldo Marcos Nogueira**  
218 **Pinto – Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente** comentou que

219 qualquer pessoa que se sentisse lesada de alguma maneira, tinha o direito de fazer uma  
220 intervenção pessoal e buscar o judiciário sem necessidade de advogado e sem custos  
221 judiciais. O **Presidente** então tomou a palavra dizendo que já havia uma comissão  
222 definida para elaborar um documento para a Secretaria Especial de Direitos Humanos:  
223 Dra Lizair, Dr Mauro Pena, Rita e Nogueira. Continuando, a Conselheira **Izabel Maria**  
224 **Loureiro Maior** abordou a questão da Conselheira Rita, representante do Ministério da  
225 Cultura, dizendo que a partir daquele momento, deveriam ser feitos contatos para que a  
226 passagem da referida Conselheira fosse através do Ministério da Cultura, pois este é que  
227 deveria custear sua passagem. O Presidente e a Conselheira Ritamaria concordaram  
228 com a colocação da Conselheira Izabel. Na seqüência, o **Presidente** deu continuidade à  
229 segunda proposição que seria o documento do DAC Infraero, baseado no documento da  
230 CVI Brasil e perguntou qual seria a comissão que ficaria de analisar o documento do CVI  
231 para adotá-lo no CONADE e ficou decidido que Atos Normativos tomaria uma decisão e  
232 submeteria à plenária na próxima reunião. Passou-se então ao próximo assunto da pauta:  
233 a lista de debates a ser criada pelo CONADE. A Conselheira **Márcia Graça Graminhani**  
234 explicou que a lista de discussão fora criada e estava hospedada em grupos e que a  
235 intenção do Conselheiro Idari era deslocá-la para o *site* do Governo, caso houvesse  
236 possibilidade técnica. A Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** tomou então a palavra  
237 e disse que não participaria de uma lista informal do CONADE por considerar esta uma  
238 questão complicada uma vez que o CONADE era um órgão formal. Lembrou também que  
239 caso fosse criada uma lista do CONADE, seria necessário ver quem iria gerenciá-la a  
240 partir da secretaria do CONADE, pois a CORDE não teria condições e nem pessoal  
241 suficiente para gerenciar a lista. O **Presidente** então disse que na sua opinião não seria  
242 possível haver uma lista informal que levasse o nome do CONADE, a menos que esta  
243 fosse formalizada. O Conselheiro **Messias Tavares de Souza** então tomou a palavra  
244 dizendo que no seu entender uma lista seria muito importante, e que por compreender a  
245 dificuldade da realização do serviço, via que talvez pudessem encontrar um moderador  
246 dentro do próprio âmbito do CONADE, idéia apoiada pelo Presidente Adilson Ventura.  
247 Após diversas opiniões e comentários sobre a criação da lista de discussão, sobre a  
248 possibilidade de ser formal ou informal e ainda sobre suas implicações técnicas e o uso  
249 do nome CONADE, foi votado que a adoção do nome CONADE em qualquer lista não

250 seria autorizada. Deu-se então o intervalo para o almoço, após o qual foram reiniciados  
251 os trabalhos pelo Presidente Adilson Ventura. De início, o **Presidente** solicitou que  
252 iniciassem com os informes das Políticas Públicas visto que na segunda-feira seguinte  
253 iria acontecer o evento do CONSEA e o CONADE deveria estar presente e nas  
254 Comissões de Políticas Públicas é que havia sido elaborado um documento com a  
255 posição do CONADE em relação ao evento. O Presidente então convidou a Dra Lizair  
256 para tomar a palavra, fazendo a apresentação pela Comissão de Políticas Públicas. A  
257 Conselheira **Lizair de Moraes Guarino** falou sobre a reunião da Comissão de Políticas  
258 Públicas. Foi feita análise das propostas dos Ministérios da Educação, Comunicações,  
259 Transportes e Previdência Social à Resolução nº 16/2003 do CONADE – Processo CPP  
260 nº 004/2004. Os ofícios haviam sido encaminhados e respondidos pelos Ministérios,  
261 porém concluiu-se que havia falta de elementos para análise da matéria e remeteu-se  
262 sua apreciação para a próxima reunião da comissão. A Comissão concluiu também que  
263 seria importante a presença dos representantes dos respectivos ministérios na discussão  
264 da comissão. Houve também o planejamento da apresentação do CONADE no I Encontro  
265 de Conselhos de Políticas Públicas (CONSEA) – Processo CPP nº 005/2004. A comissão  
266 propôs que em relação à apresentação dos trabalhos que os conselhos vinham  
267 desenvolvendo, incluindo os principais resultados de sua última conferência, que fosse  
268 feito um balanço político do documento que havia consolidado as propostas do I Encontro  
269 Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, indicando as que  
270 já haviam sido encaminhadas; em relação aos principais desafios e dificuldades, foi  
271 sugerida a transformação da CORDE em Secretaria Nacional vinculada à Presidência da  
272 República, a integração dos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, por  
273 meio da criação de uma agenda política comum, calendário de encontros para  
274 socialização de informações e planejamento de ações conjuntas, dentre outras;  
275 estruturação da secretaria de apoio operacional e técnico do CONADE; dotação  
276 orçamentária para assegurar o desenvolvimento das ações, inclusive do funcionamento  
277 dos conselhos. Em relação às metas sociais brasileiras, a proposta da Comissão foi  
278 incluir as Metas do Milênio. Após ser comunicado que o documento da Comissão estava  
279 escrito, o **Presidente** disse que o mesmo seria entregue à Coordenação Executiva para  
280 ser preparado e utilizado na segunda-feira na parte que coubesse na orientação do

281 CONADE. A Conselheira **Lizair de Moraes Guarino** continuou então passando a  
282 discorrer sobre a Análise da Política Nacional de Assistência Social – PNAS Processo  
283 CPP nº 007/2004. A representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à  
284 Fome no CONADE havia informado sobre o processo de elaboração da PNAS e  
285 reafirmou a necessidade do CONADE fazer uma análise e proposições que pudessem  
286 aperfeiçoá-la. A comissão havia remetido a análise para a próxima reunião para que os  
287 conselheiros pudessem dispor de tempo para realizar a leitura e análise do documento.  
288 Foi informado que na reunião plenária do CONADE a realizar-se no dia 04 de agosto, a  
289 Secretária Nacional de Assistência Social compareceria para apresentação dos principais  
290 aspectos da PNAS. Em seguida, a Conselheira Lizair falou sobre a Análise da resposta  
291 do Ministério da Previdência Social à Resolução nº 15/2003 Processo CPP nº 006/2004.  
292 Por considerar insuficiente a resposta do Ministério, a Comissão deliberou que o  
293 CONADE enviasse um novo ofício ao Ministério da Previdência Social, solicitando  
294 maiores esclarecimentos, por meio do representante daquele ministério no CONADE para  
295 a próxima reunião da comissão. O **Presidente** destacou a necessidade de haver uma  
296 minuta do ofício preparada. Continuando, a Conselheira **Lizair de Moraes** disse que o  
297 Conselheiro Sérgio Ricardo Sá da Silva, representante da Federação das Fraternidades  
298 Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil, havia sido eleito Coordenador da Comissão  
299 de Políticas Públicas. Por fim, a Conselheira explicou que a comissão havia indicado a  
300 necessidade dos Conselheiros receberem os documentos a serem analisados com  
301 antecedência. Nesse momento a Conselheira **Cândida Maria B. Carvalheira** tomou a  
302 palavra indagando sobre o que seria aquele I Encontro de Conselho de Políticas Públicas  
303 e quem estaria à frente do mesmo. Levantou a questão do apoio aos conselheiros, da  
304 estruturação de secretaria de apoio operacional e técnico do CONADE. O Presidente  
305 então passou a palavra à Sra. **Márcia Melo** para que fosse respondido o questionamento  
306 da Conselheira Cândida. A Sra. **Márcia Melo** explicou que o CONADE havia recebido um  
307 convite do CONSEA e que o objetivo do I Encontro de Conselho de Políticas Públicas  
308 seria propiciar uma troca de informações e experiências entre os diferentes Conselhos e  
309 seus conselheiros. Disse também que se esperava que no evento cada presidente de  
310 Conselho apresentasse: os trabalhos que o Conselho vinha desenvolvendo com os  
311 resultados de sua última conferência, os principais desafios e dificuldades e o

312 pensamento do Conselho sobre quais deveriam ser as metas sociais brasileiras no seu  
313 campo de ação. Isso seria com o intuito de criar uma agenda com os pontos comuns  
314 entre os conselhos e criar uma mesa de conselho participativo que possibilitasse um  
315 diálogo entre eles. O **Presidente** então disse que o CONADE teria que estar presente e  
316 falar o que havia sido deliberado pela Comissão de Políticas Públicas. Naquele momento  
317 a Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** tomou a palavra explicando que ao seu ver,  
318 não havia nenhuma espécie de subordinação, mas sim um objetivo de criar união entre  
319 os Conselhos para discutir os problemas em comum. Destacou também a importância do  
320 CONADE estar lá para saber exatamente qual era a proposta. Perguntou também à  
321 Secretária Executiva se o convite feito pelo CONSEA envolvia o pagamento de passagem  
322 e hospedagem ao que foi respondido que o ônus seria para cada entidade. A data já  
323 estava marcada e tudo já estava providenciado. A Secretaria pagaria a passagem apenas  
324 do Presidente sendo que os outros participantes dependeriam da instituição. O  
325 **Presidente** então reafirmou sua intenção de estar presente no evento e colocou em  
326 votação o documento apresentado pela Comissão de Políticas Públicas, sendo este  
327 aprovado por 19 votos. Passou-se então a palavra ao Conselheiro **Waldir Macieira da**  
328 **Costa Filho** para falar sobre a Comissão de Atos Normativos. Explicou que havia sido  
329 feita a análise do Processo nº 13/2004 sobre o ofício da APAE de Curitiba em que  
330 solicitava apoio do CONADE para que fosse emitida Medida Provisória pela Presidência  
331 da República em caráter de urgência para prorrogação de dívidas das entidades  
332 filantrópicas sem fins lucrativos junto ao INSS referente à cota empregado. A situação foi  
333 analisada e concluiu-se que não havia como o CONADE encaminhar o apoio solicitado  
334 considerando que houve a apropriação indébita do recolhimento da cota dos empregados  
335 junto ao INSS, caracterizando assim ilegalidade do ato da Diretoria da APAE. O  
336 Conselheiro **Luis Alberto Silva** tomou então a palavra para esclarecer que o que estava  
337 sendo solicitado era uma dilatação maior do espaço junto ao INSS, não seria o caso de  
338 perdão da dívida, o que foi confirmado pelo Conselheiro **Genézio Fernandez Vieira**. Na  
339 seqüência, o conselheiro **Waldir Macieira da Costa Filho** reafirmou a posição do  
340 CONADE com relação ao assunto e disse que o que poderia ser feito seria solicitar ao  
341 INSS para que esclarecesse sobre o trâmite dos procedimentos de negociação da dívida  
342 junto às entidades sem fins lucrativos não só para APAE Curitiba, mas também para as

343 demais entidades na mesma situação. O **Presidente** então submeteu o parecer da  
344 Comissão de Atos Normativos à votação da plenária que foi unânime em aprovar o  
345 parecer. A palavra passou então ao Conselheiro **Waldir Macieira da Costa Filho** que  
346 falou a respeito do processo nº 14/2004 sobre correspondência da APABB que se referia  
347 a pensões vitalícias e o benefício de prestação continuada com relação à possibilidade do  
348 trabalho remunerado do deficiente mental. Havia sido pedido vistas pelo Conselheiro  
349 Genésio tendo sido concedido vistas ao mesmo para apresentar sua análise e parecer na  
350 reunião de setembro. Então, essa discussão ficaria para setembro, onde o Conselheiro  
351 Messias poderia dar maiores esclarecimentos sobre a situação. Ficou decidido também  
352 que o documento seria enviado a todos por e-mail. O Conselheiro **Waldir Macieira da**  
353 **Costa Filho** passou então à análise de denúncia de irregularidades nas APAEs de  
354 Cerqueira César em Avaré, São Paulo e expôs os diferentes posicionamentos  
355 envolvendo o Senador Flávio Arns e a conselheira Regina Volpini com relação ao caso.  
356 Dessa forma, a Comissão entendeu que seria mais prudente enviar um ofício ao  
357 Ministério Público do Estado de São Paulo para saber como estava o processo apuratório  
358 da denúncia e se houvera conclusão do mesmo, quando então o CONADE poderia se  
359 posicionar melhor sobre o assunto. Na seqüência, a Conselheira **Ivanilde Maria –**  
360 **Gabinete do Senador Flávio Arns** tomou a palavra para dizer que toda a defesa que  
361 havia sido feita era da Federação Nacional e não do Senador Flávio Arns. Após mais  
362 algumas discussões sobre o assunto, ficou decidido que deveria ser feita a consulta ao  
363 Ministério Público, levando em consideração também os documentos que o Dr. Luis  
364 Alberto havia admitido existirem e que continham o necessário para resolução do caso, e  
365 posteriormente a Comissão de Atos faria uma apreciação. Em seguida, o Conselheiro  
366 **Waldir Macieira da Costa Filho** passou a falar sobre uma modificação da ACADEVI,  
367 Associação Cascavelense de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência, que  
368 solicitava que o CONADE e a CORDE desenvolvessem ações junto à administração  
369 federal, com o intuito de orientar e fiscalizar a elaboração e publicação dos editais dos  
370 concursos públicos, processo 08/ 2003, no sentido de garantir a cota reservada ao  
371 portador de deficiência. A Comissão sugeriu que através dessa coordenação da  
372 comissão se contatasse o MPT e a CORDE sobre os procedimentos dos concursos  
373 públicos federais e também que fosse remetido ofício aos ministérios públicos estaduais a

374 quem cabia fiscalizar essa situação, a fim de que informassem sobre a situação dos  
375 estados e municípios, sobre os concursos estaduais e municipais. Naquele momento a  
376 Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** chamou a atenção para o fato de a CORDE  
377 não estar recebendo alguns documentos e enfatizou a importância de se confirmar o  
378 recebimento de documentos. Em seguida, o Conselheiro **Waldir Macieira da Costa Filho**  
379 passou à apreciação do ofício da Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde,  
380 que solicitou parecer ao Projeto de Lei 2828/2000, que acrescentava o § único ao art. 1º  
381 da lei número 7102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas  
382 portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros. A Comissão entendeu pela  
383 pertinência do Projeto de Lei, no sentido relativo às instituições financeiras, com  
384 referência às portas magnéticas, que causavam transtornos àqueles que possuíam  
385 próteses metálicas, implantes cocleares e similares. E considerando que tal inserção do  
386 dispositivo se daria em lei específica direcionada às instituições financeiras, foi dado um  
387 parecer para que o Ministério da Saúde e, conseqüentemente, o CONADE apoiasse a  
388 medida. Passou-se a discutir então como as pessoas portadoras de tais problemas  
389 poderiam se identificar para poder entrar na instituição por uma porta alternativa. O  
390 **Presidente** então sugeriu a leitura da minuta do parecer para que a plenária tomasse  
391 conhecimento do texto. O Conselheiro **Waldir Macieira da Costa Filho** passou então a  
392 ler a minuta e foram ainda debatidas questões sobre constrangimentos e formas de  
393 identificação como, por exemplo, uma carteirinha identificando o portador de prótese. Em  
394 seguida, foi votado e aprovado o encaminhamento do parecer como ficou decidido nos  
395 Atos Normativos, em que se apoiava a questão do Projeto de Lei e, paralelamente, a  
396 CORDE faria uma Câmara Técnica com vários segmentos envolvidos no tema para  
397 aprofundamento do assunto. Concluindo, o Conselheiro **Waldir Macieira da Costa**  
398 **Filho** falou brevemente sobre os informes dos planejamentos das ações da Comissão de  
399 Assuntos Normativos e suas prioridades: Na seqüência, o **Presidente** passou a palavra à  
400 Secretária Nacional de Assistência Social, Dra. **Márcia Lopes** que após cumprimentar a  
401 todos e dizer de sua satisfação de estar ali presente, passou a falar sobre o novo trabalho  
402 assumido que envolvia três grandes frentes: a Secretaria Nacional de Segurança  
403 Alimentar, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que coordenava o programa  
404 Bolsa Família e a Secretaria Nacional de Assistência Social, que tinha a atribuição de

405 coordenar a política nacional de assistência social, inserindo aí a coordenação da política  
406 nacional do idoso e particularmente fazendo valer a Lei Orgânica da Assistência Social,  
407 com toda a sua dimensão estratégica e de gestão da política, nas três esferas do  
408 Governo. Falou um pouco também sobre sua formação. Continuando disse que havia  
409 sido distribuída uma cartilha contendo o resultado da Primeira Conferência Municipal dos  
410 Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência. Disse também que sua expectativa era  
411 que todos os Conselheiros e Conselheiras, representantes do Governo e de entidades  
412 não-governamentais pudessem ser um grupo de debate, de participação na formulação,  
413 na crítica e na construção coletiva desta política nacional. Falou também que a  
414 Conferência Nacional de Assistência Social priorizava a Implantação do sistema Único de  
415 Assistência Social e apesar de não ter tempo suficiente para desenvolver o assunto,  
416 salientou que o dia 31 de agosto era o prazo para que fossem dadas contribuições e na  
417 reunião de setembro do Conselho Nacional de Assistência iria ser aprovada a política que  
418 se desdobraria no Plano Nacional de Assistência Social, documento esperado há quase  
419 dez anos. Continuou falando de seu absoluto compromisso com a pactuação e com as  
420 deliberações dos conselhos e da importância de se evitar a fragmentação das políticas,  
421 daí ser fundamental o diálogo. Finalmente, se colocou à disposição para estar na reunião  
422 do CONADE em um outro momento e falou inclusive da possibilidade do Ministro Petrócio  
423 também estar presente em uma das reuniões. O **Presidente** então agradeceu à Dra.  
424 Márcia Lopes por sua participação, lamentando a exigüidade de tempo. Continuou  
425 comentando a respeito do prazo de 31 de agosto, dizendo que a próxima reunião do  
426 CONADE seria nos dias 1 e 2 de setembro e perguntando se não seria possível prorrogar  
427 um pouco aquele prazo. Em seguida, foi decidido que a Comissão iria ler a Política  
428 Nacional para na próxima reunião da Comissão fazer uma avaliação e trazer um parecer  
429 para o plenário. Na seqüência, a Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** abordou uma  
430 questão que dizia respeito a um documento do Tribunal de Contas da União que colocava  
431 tanto para assistência social como para a saúde e também para a CORDE, como  
432 coordenadoria nacional da política, uma série de atribuições. Sua solicitação era que se  
433 pudesse estabelecer um canal de comunicação para que pudesse ser cumprido o que  
434 determinou o TCU. Em seguida, perguntou em que situação ficariam naquele novo  
435 desenho de sua Secretaria, de que maneira poderia ser dividido com a CORDE, dividido

436 com a sociedade e com as associações de pessoas com deficiência que naquele  
437 momento não dispunham de financiamento permanente da área governamental. A Dra.  
438 **Márcia Lopes** enfatizou novamente a importância da leitura da versão preliminar dos  
439 textos para que recebessem contribuições. Disse também que já havia algumas  
440 indicações em relação à questão levantada pela Conselheira Izabel. Disse também que já  
441 havia uma lista de coisas a serem mudadas. Em relação ao TCU a Dra. Márcia Lopes  
442 concordou que a questão deveria ser bastante debatida e acrescentou que já havia uma  
443 agenda com a educação e com a saúde para debater aquela interface da assistência com  
444 a saúde, com a educação e com as outras áreas. Na seqüência, a Conselheira **Cândida**  
445 **Maria B. Carvalheira** perguntou se seriam inseridas as propostas já feitas pelo CONADE  
446 anteriormente na questão da assistência social. Na seqüência, o Conselheiro **Luis**  
447 **Alberto Silva** sugeriu que o CEBAS pudesse ser concedido através do município,  
448 através dos Conselhos da Assistência Social do próprio município junto à Prefeitura. Em  
449 seguida, a Dra. **Márcia Lopes** tomou a palavra e iniciou falando a respeito do conteúdo  
450 da política e disse que não poderia precisar se o documento referido pela Conselheira  
451 Cândida havia sido contemplado e comprometeu-se a se manifestar sobre o assunto  
452 posteriormente. Continuando, falou sobre a Medida Provisória e que haviam finalmente  
453 conseguido fazer com que a Certidão Negativa de Débito não fosse mais exigida para  
454 poder receber recursos. Na seqüência, o **Presidente** agradeceu a Dra. Márcia Lopes e  
455 passou a palavra ao Conselheiro **Waldir Macieira da Costa Filho** que solicitou uma  
456 inversão da pauta devido ao fato de haver um representante do Ministério dos  
457 Transportes esperando desde 13h30 da tarde para falar a respeito da agilidade na  
458 emissão de carteiras de gratuidade nos transportes interestaduais para pessoas  
459 portadoras de deficiência . Após alguns debates sobre qual seria o melhor a ser feito  
460 naquele momento, uma vez que ainda havia assuntos para serem tratados, o Dr. **Magdo**  
461 **Soares** tomou a palavra se dispondo a comparecer em um outro momento para tratar do  
462 assunto da emissão das carteiras de gratuidade. O **Presidente** então agradeceu ao Dr  
463 Magdo Soares por sua colaboração e boa vontade e passou então à comunicação da  
464 Comissão de Articulação de Conselho feita pelo Conselheiro **Idari Alves da Silva** que  
465 falou sobre a reunião realizada no dia 3 de agosto. Falou sobre o evento que seria  
466 realizado na cidade de Três Rios, o Encontro Municipal, Escola de Encontro Regional de

467 Conselhos Municipais que visaria debater como segmento específico que vivenciava as  
468 dificuldades das pessoas com deficiência. O encaminhamento que a Comissão  
469 considerava necessário ser feito seria que deveria ser elaborado um ofício a ser proposto  
470 ao CONADE apontando as dificuldades do projeto. Apresentariam então uma minuta do  
471 que seria a proposta de ofício a ser encaminhado ao Presidente daquele Conselho  
472 Municipal para ser submetido também àquela plenária e aprovado. Passou então à leitura  
473 do ofício, que foi posteriormente aprovado por 15 votos. Na seqüência, o Conselheiro  
474 Idari falou sobre o segundo processo analisado que foi uma moção de repúdio do  
475 Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência do Mato Grosso do Sul a respeito  
476 da deliberação do primeiro Encontro dos Conselhos, a respeito de composição no  
477 CONADE de membros dos conselhos estaduais. A moção previa o não cumprimento de  
478 uma deliberação do primeiro encontro, onde ficara acertado que haveria cinco  
479 representantes de conselhos municipais, um representante por cada região do Brasil. Foi  
480 feita uma proposta de resposta ao Presidente do conselho Estadual do Mato Grosso do  
481 Sul em cuja minuta lamentava-se a moção de repúdio e se esclarecia alguns pontos  
482 considerados no texto, dizendo que no futuro poderia ser aumentado o número de vagas  
483 até alcançar o ideal. Lamentou-se também a falta de comunicação no que dizia respeito  
484 ao processo eleitoral apesar do mesmo ter sido publicado no Diário Oficial da União e ter  
485 sido divulgado amplamente no país. Após alguns debates sobre o conteúdo da redação  
486 da minuta em resposta ao Conselho do Mato Grosso do Sul, foi sugerido pela  
487 Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** que a redação do mesmo fosse estudada com  
488 mais vagar para que fosse alterada e ficasse mais condizente com a realidade, proposta  
489 esta acatada pelo Presidente **Adilson Ventura**. Em seguida, o Conselheiro **Idari Alves**  
490 **da Silva** falou sobre o Segundo Encontro Nacional, dizendo que a comissão entendia que  
491 deveria constar no Regimento Interno do CONADE a primeira Conferência Nacional.  
492 Falou também sobre o Segundo Encontro Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa  
493 Portadora de Deficiência dizendo que deveria ser consultada a CORDE sobre a  
494 possibilidade do referido evento se realizar em dezembro de 2004. O Conselheiro  
495 **Genézio Fernandes Vieira** sugeriu então que o assunto poderia ser apresentado no  
496 momento em que o Regimento fosse apresentado, sugestão apoiada pelo Conselheiro  
497 Waldir Macieira da Costa Filho e pelo Presidente. O Conselheiro **Waldir Macieira da**

498 **Costa Filho** pediu que o Sr. Francisco encaminhasse na coordenação da mudança do  
499 Regimento Interno aquela proposta, que fosse inserida na redação provisória e no  
500 momento que fosse apresentado para a plenária o mesmo seria decidido juntamente com  
501 outras coisas. Em seguida, sobre a questão da possibilidade de realização do Encontro  
502 de Conselhos em 2004, a Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** disse que havia dois  
503 grandes eventos para decidir, uma vez que o orçamento era insuficiente, e que para  
504 poder viabilizar o Segundo Encontro com a possível conferência da RIADS, teria que ser  
505 suspenso o apoio a outros projetos. Dessa forma, caberia ao CONADE e a CORDE  
506 decidir. Foi sugerido então pelo Conselheiro **Waldir Macieira da Costa Filho** que a  
507 questão da RIADS fosse tratada naquele momento. **Carolina Sanches – Assessora da**  
508 **CORDE** então passou a falar sobre a RIADS dizendo que 20 países faziam parte da  
509 RIADS e o evento, cujo financiamento seria coberto pela RICOTEC, estava previsto para  
510 ser realizado entre os dias 18 e 21 de outubro de 2004, sendo que no dia 18 seria  
511 comemorado o aniversário da RIADS. Havia sido negociada a presença de 2  
512 representantes de cada país e estaria garantida a presença de todos os representantes  
513 do CONADE e das entidades nacionais. Seria então necessário discutir a representação  
514 do Brasil na RIADS e seria também necessário haver representação de todos os tipos de  
515 deficiência. Passou-se então a discutir sobre a data da reunião do CONADE, se a  
516 mesma seria realizada dois dias antes ou dois dias depois do evento da RIADS. Foi  
517 também esclarecido que estava previsto no projeto da RIADS, 200 mil reais para  
518 hospedagem e diária, que o apoio da Secretaria Executiva do CONADE não seria como  
519 coordenação do evento e que o bairro a ser realizado o evento seria Copacabana. O  
520 Conselheiro **Joelson Dias – Ordem dos Advogados do Brasil** demonstrou sua  
521 preocupação com a necessidade de corte na concessão de financiamentos que já haviam  
522 sido solicitados devido à questão da RIADS e disse que seria importante avaliar se a  
523 participação na RIADS compensaria o prejuízo causado às entidades que estavam  
524 buscando financiamento. A Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** explicou então  
525 como funcionava a questão dos recursos da CORDE, concluindo que não haveria  
526 necessidade de preocupação. O Conselheiro **Joelson Dias** então pediu mais detalhes  
527 sobre os projetos como, por exemplo, valores dos financiamentos e em que áreas eram  
528 os projetos. Perguntou também sobre os temas, as pessoas que estariam presentes e o

529 ganho prático da realização da conferência da RIADS. A **Conselheira Izabel Maria**  
530 **Loureiro Maior** disse então que a prioridade era atender as áreas que atendiam todas as  
531 deficiências e tentar atender a todas as áreas do país. Disse também que as exigências  
532 mínimas para o projeto eram todas as que constavam do projeto para o Governo Federal  
533 e também toda a exigência de acessibilidade tanto no meio físico, na comunicação e no  
534 material gráfico que era apresentado. Sendo assim, os projetos estavam ficando na faixa  
535 dos 40 mil reais para os locais, 50 mil reais no caso dos que tinham uma envergadura  
536 mais regional, os nacionais 60 mil reais e os Ibero-americanos 82 mil reais. Com relação  
537 à programação da RIADS, disse que esta não havia sido entregue ainda e explicou que a  
538 RIADS era uma rede na qual 20 países estavam representados, o que era importante  
539 porque possibilitaria um conhecimento dentro do Brasil do que todos estavam fazendo no  
540 exterior. Segundo a Conselheira Izabel, a vantagem seria estarem conhecendo como  
541 aqueles grupos avançavam, como aquelas associações se fortaleciam e, além disso, ser  
542 o palco do evento. Na seqüência, o Conselheiro **José Veríssimo da Silva** pediu a  
543 palavra para perguntar à Conselheira Izabel sobre a questão do financiamento na área de  
544 acessibilidade em transportes. A Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** esclareceu  
545 que a CORDE não financiava transporte e que quem financiava adaptação de frota era o  
546 Ministério das Cidades. Explicou também que o Programa de Acessibilidade tinha quatro  
547 ações: capacitação de técnicos e agentes sociais em acessibilidade; campanha de  
548 utilidade pública para o desenvolvimento da necessidade da acessibilidade; estudos e  
549 pesquisas para desenvolver sistemas de acessibilidade na comunicação; e estudos,  
550 pesquisas e publicações. O **Presidente** então, tomando a palavra, perguntou se, caso o  
551 CONADE e a CORDE fossem participar do evento, qual seria a participação efetiva e  
552 concreta em termos de organização do evento, pois o CONADE não tinha estrutura para  
553 participar da organização. A Conselheira **Izabel Maria Loureiro Maior** explicou então que  
554 havia algumas opções, a possibilidade de realização no Rio de Janeiro devido às  
555 facilidades oferecidas pela cidade, transferência do recurso para um organismo  
556 internacional ou para uma organização não-governamental que pudesse ser parceira na  
557 execução do evento. Quanto à participação dos Conselheiros, poderiam participar  
558 tentando aprender todas as informações, participando, fazendo sugestões, discutindo,  
559 estando presente nos fóruns. Por fim, destacou que se o CONADE considerasse que o

560 evento não precisava ser realizado com a chancela do Conselho, o mesmo poderia até  
561 não ser realizado ou poderia ser realizado sem que o CONADE tivesse que dar seu aval.  
562 A Conselheira **Solange Stella Serra Martins - Conselho Federal do Serviço Social**  
563 pediu a palavra para lembrar a necessidade de manter uma coerência com o que havia  
564 sido dito pela manhã com respeito a só participar de eventos em que fosse possível  
565 apreciar qual seria a programação. A Conselheira **Izabel** então disse que ainda não havia  
566 programação mas que o país anfitrião teria espaço para colocar as suas questões na  
567 pauta. Na seqüência, o Presidente **Adilson Ventura** submeteu à votação a participação  
568 do CONADE no evento da RIADS, o que foi aprovado por 18 votos a favor e 1 abstenção.  
569 Foi também votada a questão da data de realização da reunião do CONADE. A proposta  
570 de que a referida reunião ocorresse antes do evento da RIADS, ou seja, nos dias 16 e 17  
571 de outubro, recebeu 11 votos; houve 1 voto para que a reunião do CONADE ocorresse  
572 simultaneamente ao evento do RIADS, 3 votos para que a reunião ocorresse após o  
573 evento do RIADS e houve também duas abstenções. Ficou, portanto decidido que a  
574 reunião do CONADE se realizaria nos dias 16 e 17 de outubro. A segunda questão a ser  
575 decidida era a data da realização do Encontro de Conselhos, sendo que a proposta era  
576 que o referido Encontro ser realizasse em dezembro de 2004. A proposta foi colocada em  
577 votação e recebeu 17 votos a favor e 2 contra. Concluindo a reunião, o **Presidente**  
578 agradeceu a participação de todos, desejando também uma boa viagem aos que fossem  
579 viajar. Lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo  
580 Presidente do Conselho, Prof. Adilson Ventura para que se produzam seus efeitos legais.  
581